

# notícias da **FEDERAÇÃO**



JORNAL DA FNE

ANO XI - Abril /95 - ESPECIAL CONGRESSO - 20 DE ABRIL DE 1995

Directora: Manuela Teixeira

PREÇO : 100\$00

## COMEÇOU O NOSSO IV CONGRESSO



**CENTENAS DE DELEGADOS DE TODO O PAÍS  
EM REPRESENTAÇÃO DE TODOS OS  
TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO  
DISCUTEM E PREPARAM O FUTURO**

## MINISTRA DA EDUCAÇÃO GOVERNA CONTRA TUDO E CONTRA TODOS - DENUNCIA IV CONGRESSO DA FNE

O IV Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos da Educação (FNE) abriu ontem à tarde, na Exponor, em Matosinhos, com uma intervenção contundente da sua Secretária-Geral, Manuela Teixeira, na qual esta dirigente sindical denunciou a incapacidade de Manuela Ferreira Leite para compreender ou aceitar as perspectivas dos trabalhadores da Educação.

Num duro discurso (*ver páginas centrais*), Manuela Teixeira comparou o ministério de Couto dos Santos com o de Manuela Ferreira Leite, para mostrar as diferenças substanciais de atitude que encontrou nestes dois governantes, com palavras elogiosas para o anterior titular da pasta da Educação.

A Secretária-Geral foi também particularmente crítica em relação ao pacote recentemente anunciado pelo Primeiro Ministro de alargamento da rede da educação pré-escolar. No seu entender, esta medida não acautela a equiparação de carreiras dos educadores de infância e dos outros trabalhadores da educação com as dos seus congéneres da rede pública, podendo conduzir a uma grave proletarização de profissionais qualificados." Por isso, esta medida, apesar de elementos positivos que inegavelmente encerra, merece-nos as maiores reservas" - adiantou Manuela Teixeira, a qual levantou mesmo dúvidas de que os quantitativos anunciados, embora globalmente elevados, possam corresponder a medidas de efectiva intervenção nesta área.

Ao avançar com os 200 contos por mês e por sala, o Governo não assegura minimamente os compromissos assumidos em Outubro passado

com a UGT, no âmbito das negociações para o acordo económico e social - denunciou esta dirigente sindical.

A terminar a sua intervenção, **Manuela Teixeira depositou no Congresso a responsabilidade de definir as formas de luta que no futuro próximo a FNE há-se prosseguir, na defesa intransigente dos direitos dos milhares de trabalhadores que representa.**

Manifestando-se profundamente desolada com a actuação do Governo, a Secretária-Geral da FNE disse: "Estamos dispostos a lutar sem limites, a julgar uma política que está a virar-se decidida e definitivamente contra os professores, contra os alunos, numa palavra, contra a Educação."

Os trabalhos do Congresso iniciaram-se com uma significativa homenagem a João Raimundo, impossibilitado de presidir aos trabalhos do Congresso - de que era Presidente - por estar detido preventivamente. Manuela Teixeira dedicou-lhe as primeiras palavras desta reunião magna da FNE, tendo sido depois lida uma mensagem escrita que João Raimundo enviou ao Congresso (*ver página 3*). Nesta mensagem, o até agora Presidente da Mesa do Congresso da FNE manifestava a sua profunda indignação pela situação em que se encontra, há cinco meses, ao arrepio dos mais elementares direitos humanos.

O representante da Federação da Educação Nacional em França (FEN), Jean-Pierre Valentin, acabaria também por testemunhar na sua intervenção a sua perplexidade pela situação em

# MENSAGEM

de João Raimundo



(Natércia Cardeano leu a mensagem de João Raimundo)

“(…), as acções, a vida, o exemplo, as obras, são as que convertem o mundo”

*Padre António Vieira*

Caros Colegas

Sendo fundador da FNE, este é o seu primeiro congresso em que não estou pessoalmente presente.

A minha ausência resulta, sem saber porquê, neste país que se reclama de Estado de Direito, me encontrar preso à ordem dum processo crime, onde parece que me acusam de ser terrorista.

Eu, que nunca dei uma bofetada em quem quer que seja, estou acusado de terrorismo! A base de tal acusação parece ser a gravação particular duma conversa dum cadastrado, que agia dum modo coordenado com a polícia, com o motorista que conduzia o carro em que me deslocava.

Assim, partindo das conversas dum terceiro, são-me imputadas intenções que nunca tive e, com base nessas intenções, sem que jamais uma única pessoa tenha sido incomodada, nem mesmo verbalmente, quanto mais fisicamente, estou preso há mais de cinco meses.

Note-se, porém, que para se ser terrorista é necessário praticar ou tentar praticar um dos seguintes factos:

*“Com a intenção de prejudicar a integridade e a independência nacionais, ou destruir, alterar ou subverter o funcionamento das instituições do Estado previstas na Constituição ou para forçar a autoridade pública à prática de um acto, a abster-se de o praticar, ou tolerar que se pratique ou para intimidar certas pessoas, grupos de pessoas ou a população em geral” ter procedido de um dos modos seguintes: praticando um qualquer crime contra a vida, a integridade física ou a liberdade das pessoas, contra a segurança dos transportes e comunicações, incluindo as telegráficas, telefónicas, de radiodifusão ou de televisão, libertação de substâncias radioactivas ou de gases tóxicos ou asfixiantes, de inundação ou avalanche, desmoronamento de construção, contaminação de alimentos e águas destinados a consumo humano ou difusão de epizootias; praticar actos de sabotagem; usando na prática de quaisquer destes actos bombas, granadas, armas de fogo, substâncias ou engenhos explosivos, meios incendiários de qualquer natureza, encomendas ou cartas armadilhadas.”*

Estes os actos que caracterizam uma conduta terrorista. Qual deles pretendem as instituições judiciais imputar-me, dado que, na realidade, não cometi nenhum deles, embora me mantenham preso, há mais de cinco meses, negando-me, por duas vezes, a liberdade provisória com prestação de caução?

Por que motivo os Tribunais decidiram destruir-me psicológica e fisicamente, tirando-me, sem qualquer fundamento fáctico, a liberdade?

Quaisquer que possam ser as respostas para esta pergunta, mesmo as menos confessáveis, a verdade é que em Portugal, no final do século XX, trezentos anos depois dos enciclopedistas e após o enterro histórico do Tribunal do Santo Ofício e das polícias políticas, um cidadão livre e sem antecedentes criminais pode ser preso com base em meras suspeitas e congeminações que lhe são

## RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA FNE É A DENÚNCIA DA INACÇÃO DE MANUELA FERREIRA LEITE NO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Não é possível apresentar o relatório das actividades desenvolvidas pela FNE ao longo destes três anos sem, de algum modo, apresentar o relatório da inactividade do Ministério da Educação no último ano e meio.

Se os colegas bem se recordam, o último Congresso coincidiu, praticamente, com o início do mandato do Eng<sup>o</sup> Couto dos Santos como Ministro da Educação.

Apesar de muitas críticas que outros lhe dirigiram, nós fazemos do seu mandato uma apreciação globalmente positiva.

De facto, foi possível estabelecer com o Ministro Couto dos Santos um relacionamento comercial muito correcto e se, frequentemente, estivemos em desacordo, importa enfatizar que com ele se desbloquearam negociações paralisadas há mais de dois anos. De entre elas urge reconhecer o modo como foi regulamentada a candidatura de acesso ao oitavo escalão, onde se afastou, de vez, a tentativa de introdução de numerus clausus para acesso ao topo da carreira. Se hoje podemos admitir que se reveja essa regulamentação - designadamente, encontrando alternativas ao trabalho de índole educacional - não pode ignorar-



se como a regulamentação que foi feita permitiu afastar quaisquer regras que levassem a uma limitação de vagas, expressa ou encapotada, limitação com que os nossos adversários sindicais tanto esgrimiram...

Também com Couto dos Santos foi possível estabelecer outros importantes acordos como o que conduziu à correcção de múltiplas distorções constantes da Portaria relativa à recuperação do tempo de serviço docente. Se a nova Portaria não resolve todos os problemas é verdade que é bem melhor do que a anterior.

Celebramos com a equipa liderada por Couto dos Santos três importantes acordos - em 29 de Abril e 7 de Julho de 1992 e em 21 de Julho de 1993 -, todos eles traduzidos em textos legais, como se recorda no relatório que vos foi distribuído.

A sua substituição em Dezembro de 1993, pela Ministra Ferreira Leite, veio interromper um processo comercial relevante e deixar por regulamentar tudo o que, ainda, faltava.

De facto, a partir da tomada de posse da nova Ministra não foi possível estabelecer acordo sobre nenhuma matéria.

Atrevo-me mesmo a dizer que o que ficará do seu mandato é a imagem de um governante que governou contra os professores, contra os alunos, e, sobretudo, contra a educação.

Convencendo-se de que só ela sabe o que é

## ÓRIO DE ACTIVIDADES DO TRIÉNIO

bom para o país, ignorando que nenhuma mudança significativa se opera por decreto mas que, pelo contrário, há-de contar com o empenhamento daqueles a quem compete executá-la, a actual Ministra da Educação tem desbaratado todo o esforço sincero dos professores e das escolas no sentido de dar resposta às novas exigências que cada dia se colocam no campo da educação.

De facto,

- o modo como condenou na opinião pública, sem processo, os professores que elaboraram, no ano passado, as provas do 12º ano,

- as alterações atrabiliárias que introduziu ao processo de avaliação dos alunos,

- a incapacidade com que enfrentou a colocação do pessoal auxiliar nas escolas, no início deste ano,

- o modo como dirige centralizadamente, e sem competência técnica, as escolas a partir do seu Gabinete,

- a maneira como recusa discutir algumas questões, como é o caso das carreiras do ensino superior,

- o ritmo que imprime à resolução de problemas de gritante injustiça, como foi o caso ocorrido com os estabelecimentos de educação pré-escolar e como é o caso, ainda actual dos salários dos professores de português no estrangeiro - que têm em 1995 um salário líquido nominal inferior ao que auferiam em 1993;

- o estilo com que se relaciona com as organizações sindicais representativas dos trabalhadores da educação, são, apenas, alguns indicadores de um modo de governação autista, desligado de toda a relação normal com a sociedade civil, com os cidadãos que são, afinal, quem legitima qualquer governo em democracia.

Desde que tomou posse, a Ministra Ferreira Leite recebeu o Secretariado da FNE seis vezes; em muitas dessas reuniões a senhora Ministra prometeu resolver vários problemas ou ir ponderar algumas das nossas propostas mas em nenhuma delas se chegou a qualquer acordo substantivo

nem qualquer das suas promessas foi concretizada.

A ausência de resultados não se deve a falta de propostas da Federação mas à total incapacidade da Ministra de compreender ou de aceitar as nossas perspectivas.

É, pois, relativamente fraco o resultado da acção reivindicativa da FNE no último ano e meio; foi este, contudo, um dos períodos em que mais aprofundadamente fundamentámos as nossas propostas, convencidos como estávamos de que a força da nossa razão podia triunfar sobre a obstinação ministerial.

Este foi, também, um período marcado por uma grave crise económica que conduziu a reduções salariais significativas ao nível da Administração Pública e em que a situação salarial dos trabalhadores ao serviço das Instituições Privadas de Solidariedade Social se agravaram uma vez que a Portaria de Regulamentação de Trabalho não é revista desde 1985.

Deve assinalar-se que a recente medida anunciada de alargamento da rede da educação pré-escolar por colaboração com entidades privadas não acautela a equiparação de carreiras dos educadores de infância e dos outros trabalhadores da educação com as dos seus congéneres da rede pública podendo conduzir a uma grave proletarização de profissionais qualificados. Por isso esta medida, apesar de elementos positivos que, inegavelmente, encerra, nos merece as maiores reservas.

Caros colegas congressistas, chegamos a este Congresso com a consciência do dever cumprido.

O esforço que fizemos ao nível da formação de professores - que tem o seu ponto mais alto na criação e consolidação do ISET -, os colóquios e seminários que organizamos, a denúncia que fizemos de todas as situações de desvio da política educativa, as lutas que empreendemos, as propostas que elaboramos e os acordos que fizemos com a equipa anterior vêm descritos no relatório que vos foi oportunamente enviado.

## APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

(cont. da pág. 5)

Em todos os momentos procuramos defender os trabalhadores que representamos, apoiar o desenvolvimento de uma educação de qualidade, servir o país, honrando o mandato que nos confiastes.

A vós compete, agora, apreciar o trabalho que realizamos: suscitar questões, esclarecer dúvidas e, em definitivo, julgar a acção que desenvolvemos neste triénio já que foi em vosso nome que conduzimos a FNE no triénio que agora se encerra.

Para concluir, apenas, queria deixar clara a nossa atitude de espírito. Não nos sentimos desanimados com a falta de respostas por parte do Ministério da Educação. Temos bem consciência de que o movimento sindical é feito de propostas, de negociações e, também, de lutas.

Os Ministros passam e o Movimento Sindical permanece quando sabe ser fiel aos ideais que estiveram na sua origem.

(cont. da pág. 3)

### MENSAGEM de João Raimundo

imputadas por terceiros.

É chocante que, num país democrático, se possa ser preso, preventivamente, sem ter praticado um único acto criminoso.

É escandaloso que o Código de Processo Penal Português permita a prisão duma pessoa tendo como única base as intenções que a polícia ou as restantes entidades com poderes de investigação criminal lhe atribuem.

É revoltante que se possa ser preso sem ter praticado um só dos diferentes factos que fazem parte da figura abstracta do crime por que se é acusado.

É, numa palavra, inqualificável que se possa ser preso com base em suspeitas, especulações, interpretações de actos alheios e juízos de valor.

Quer os valores em causa sejam entendidos, quer não, o que está em causa é simplesmente a aniquilação da liberdade física e intelectual do ser humano.

Note-se que se com a prisão preventiva começa-se por destruir a honra do cidadão, concomitantemente tortura-se toda a família, depois abala-se a inteligência e a estabilidade emocional, seguidamente destrói-se a vontade de viver e, por último, acaba-se por aniquilar na

totalidade o homem, elimina-se o ser humano, tanto física como intelectualmente.

Estes são os singelos efeitos da prisão preventiva injusta, infundada e irresponsável.

Meus Queridos Colegas, perante o circunstancialismo em que me encontro, tenho dificuldade em vos exprimir a mínima noção de confiança nas instituições de que, actualmente, dependo, bem como sobre o meu futuro.

Testemunho-vos, porém, um único sentimento, embora esse com muita raiva, revolta e razão: não sou nem nunca fui terrorista, sou, isso sim, pelo contrário, mais uma das imensas vítimas dos erros humanos e das instituições.

Não aproveito para citar qualquer dos casos históricos, sempre nomeados nestas ocasiões, por desejar permanecer igual àqueles que, sendo vítimas da injustiça e do opróbio, os sofrem no asfixiante silêncio da ignorância dos seus iguais.

Queridos Colegas, com uma amor e amizade iguais à dimensão da minha revolta e raiva, desejo-vos o melhor Congresso de todos os tempos.

## AS RAZÕES DO NOSSO PROTESTO SÃO MUITAS...

No hall de entrada do nosso Congresso, encontram-se duas caixas, onde se pretende que os delegados ao IV Congresso da nossa Federação depositem as razões que fazem com que estejamos tão descontentes com a actuação deste Ministério da Educação

(cont. da pág. 2)

### MINISTRA DA EDUCAÇÃO GOVERNA CONTRA TUDO E CONTRA TODOS

que se encontra João Raimundo há tanto tempo e que é difícil de admitir num Estado de direito.

Para presidir aos trabalhos, o Secretariado Nacional apresentou uma proposta - que foi aceite por maioria - para que a Mesa do Congresso tivesse a seguinte composição:

Presidente: António Costa Rodrigues Teotónio (SPZC), Maria Arminda Bragança (SPZN), Georgete Trindade Coelho (SDPSul), Manuel António Goiubeia (SDPGL), José Maria Carvalho Dias (SDPMadeira), Segismundo Martins (SDPAçores), Alberto Teixeira Conceição (SINDLEP), Maria Natália Lemos Santos (SPComunidades Lusíadas), Manuel Baptista Rodrigues (STAAECentro), José Alberto Correia (STAAENorte) e Elsa Maria Oliveira Agostinho (STAAESul).

O Relatório de Actividades apresentado pelo Secretariado Nacional, depois de largamente debatido, foi aprovado por maioria.

### A PALAVRA DOS NOSSOS CONVIDADOS

**Jean-Pierre Valentin**, responsável pelas relações internacionais da FÉDÉRATION DE L'ÉDUCATION NATIONALE - FRANÇA - usou da palavra no primeiro dia de trabalhos, tendo iniciado a sua saudação com algumas palavras sobre a situação de João Raimundo, tendo assinalado o desejo de esta não se prolongasse por mais tempo. Mais adiante, Jean-Pierre Valentin afirmou: "É bem verdade que à escola compete ensinar, transmitir conhecimentos. Mas também é a escola que ensina a viver uns com os outros; a escola desempenha uma função social primordial. (...) A escola pública tem também por missão preparar as crianças para construir uma sociedade mais justa e mais humana, a construir um futuro que coloca a pessoa humana no centro das nossas preocupações. É aí precisamente que se situa o desafio do século XXI. Os professores, os educadores têm nesse aspecto que vencer o desafio."

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Considerando que na mais recente reunião entre a Federação Nacional dos Sindicatos da Educação e a Senhora Ministra da Educação, ocorrida no passado dia 11 de Abril, ficaram demonstradas, definitivamente, claras divergências em relação a princípios que para nós são irrenunciáveis e inegociáveis;

Considerando que esta reunião confirmou, mais uma vez, que a titular da pasta da Educação pauta a sua acção pela recusa de qualquer negociação, caracterizando-a exclusivamente como uma auscultação conducente a uma tomada unilateral de decisões;

Considerando o clima de insatisfação e mal-estar que envolve todos os trabalhadores da Educação, na sequência de uma acção permanente de desrespeito pela sua dignidade profissional ;

Considerando que não podemos aceitar que seja a Ministra da Educação a distinguir o que é justo e o que é injusto entre Professores,

### o IV Congresso da FNE

1 - reafirma a sua vontade inabalável de obter a concretização de todos os acordos celebrados com o Governo e que estiveram na base do Estatuto da Carreira Docente;

2 - manifesta a sua convicção de que uma educação de qualidade precisa de um investimento efectivo na dignificação dos trabalhadores da Educação, desde os Auxiliares de Acção Educativa de um Jardim de Infância, até aos Professores Catedráticos de uma qualquer Universidade;

3 - aprova o seguinte plano de luta imediata:

- **Distribuição pelas escolas, até 15 de Maio, de material de divulgação** das razões que nos conduzem à manifestação da nossa indignação;

- **Realização de reuniões de trabalhadores da Educação, no período entre 22 e 31 de Maio**, ao abrigo da Lei Sindical, e **com prejuízo das aulas**, para análise da situação actual e apresentação ao Primeiro-Ministro e à Ministra da Educação das razões do nosso descontentamento;

- **Distribuição à População de um manifesto, no dia 2 de Junho;**

- **Realização de uma Manifestação Nacional de protesto, no dia 5 de Junho;**

- **Realização de iniciativas locais, regionais e nacionais** que visem denunciar a política educativa actual, com particular relevo para os problemas da qualidade na educação ;

- **Realização, no dia 12 de Junho, de um balanço das acções desenvolvidas e apreciação de novas propostas de luta**, a partir de uma reflexão a realizar previamente pelos Órgãos Dirigentes dos Sindicatos e da FNE;

- **Concretização, no final do ano lectivo, de um exame público à política educativa da actual equipa do Ministério da Educação;**

- **Apresentação no Tribunal Europeu de um processo contra o Governo português**, por incumprimento intencional dos seus deveres, legalmente fixados, para com os Professores.